

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DA BAHIA

OUTORGA POR PROVIMENTO

Prova Escrita e Prática – Dissertação

Aplicação: 21/6/2026

PADRÃO DE RESPOSTA

(i) Os créditos tributários correspondem às obrigações decorrentes de tributos devidos à fazenda pública e (ii) possuem regime próprio no processo falimentar. Na falência, o juiz (iii) instaurará, de ofício, para cada fazenda pública credora, incidente de classificação de crédito público para que, no prazo legal, ela apresente ao administrador judicial ou em juízo a relação completa e detalhada de seus créditos inscritos em dívida ativa (Lei n.º 11.101/2005, art. 7.º - A). (iv) Créditos não definitivamente constituídos, não inscritos em dívida ativa ou com exigibilidade suspensa poderão ser informados em momento posterior (Lei n.º 11.101/2005, art. 7.º-A, § 2.º).

(v) Os créditos tributários não se submetem ao concurso formal da falência, de modo que (vi) a decisão sobre a existência, a exigibilidade e o valor do crédito, bem como sobre o eventual prosseguimento da cobrança competem ao juízo da execução fiscal (Lei n.º 11.101/2005, art. 7.º-A, § 4.º, II). No caso hipotético, (vii) como a decisão proferida foi posterior à promulgação da Lei n.º 14.112/2020, a competência para avaliar a prescrição dos créditos tributários (viii) caberia ao juízo da execução fiscal, afastando-se, assim, a decisão do juízo falimentar (STJ, Informativo n.º 813).

Embora não se submetam ao concurso formal, (ix) os créditos tributários sujeitam-se ao concurso material segundo a ordem definida pela Lei n.º 11.101/2005, e seguem a ordem legal de classificação definida no art. 83 da Lei n.º 11.101/2005, (x) sendo satisfeitos após o pagamento dos créditos trabalhistas e com garantia real, consoante os incisos I e II do art. 83 da Lei n.º 11.101/2005, (xi) excetuadas as multas tributárias, uma vez que possuem natureza sancionatória e são classificadas em categoria inferior, após os créditos quirografários (Lei n.º 11.101/2005, art. 83, VII). (xii) Os tributos com fatos geradores ocorridos após a decretação da falência deverão ser recolhidos logo após a quitação dos demais créditos extraconcursais, de modo que serão prioritários em face dos créditos concursais definidos no art. 83, conforme a previsão do art. 84, V, da Lei n.º 11.101/2005.

QUESITOS AVALIATIVOS

Quesito 2.1 – Conceito de créditos tributários e procedimento de inclusão desses créditos no processo falimentar

Conceito 0 – Não abordou o assunto delimitado ou o fez de maneira totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos aspectos enumerados de (i) a (iv) no padrão de resposta.

Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos aspectos enumerados.

Conceito 3 – Abordou corretamente apenas três dos aspectos enumerados.

Conceito 4 – Abordou corretamente os quatro aspectos.

Quesito 2.2 – Competência para apreciar a decisão de exigibilidade dos créditos tributários e para avaliar a prescrição dos créditos tributários, no caso apresentado

Conceito 0 – Não abordou o assunto delimitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos aspectos enumerados de (v) a (viii) no padrão de resposta.

Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos aspectos enumerados.

Conceito 3 – Abordou corretamente apenas três dos aspectos enumerados.

Conceito 4 – Abordou corretamente os quatro aspectos.

Quesito 2.3 – Classificação e ordem de pagamento dos créditos tributários

Conceito 0 – Não abordou o assunto delimitado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos aspectos enumerados de (ix) a (xii) no padrão de resposta.

Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos aspectos enumerados.

Conceito 3 – Abordou corretamente apenas três dos aspectos enumerados.

Conceito 4 – Abordou corretamente os quatro aspectos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DA BAHIA

OUTORGA POR PROVIMENTO

Prova Escrita e Prática – Peça Prática

Aplicação: 21/6/2026

PADRÃO DE RESPOSTA

Espera-se que o(a) candidato(a) redija, de acordo com as disposições da Lei n.º 6.015/1973 e do Código Nacional de Normas (Provimento CNJ n.º 149/2023), o assento de casamento do casal Cassandra e Roberto. O documento deve iniciar-se com a identificação do registrador civil competente: (i) OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, com o (ii) nome do cartório / (iii) comarca / (iv) estado e a (v) matrícula padronizada do CNJ com 32 dígitos [Matrícula n.º].

A seguir, o(a) candidato(a) deve proceder ao TERMO DE CASAMENTO, utilizando o modelo a seguir: (vi) Aos [dia por extenso] dias do mês de [mês por extenso] do ano de [ano por extenso] ([DD/MM/AAAA]), (vii) nesta cidade de Salvador, estado da Bahia, (viii) perante o Juiz de Paz [nome do juiz de paz], e (ix) comigo, Oficial Registrador/Escrevente Autorizado [nome do funcionário do cartório], compareceram os contraentes para celebrar o seu casamento, que foi (x) precedido do processo de habilitação n.º XXX:

O(A) candidato(a) deve identificar o PRIMEIRO CONTRAENTE (MARIDO/CÔNJUGE), com nome completo: Roberto Filippo; data de nascimento: [DD/MM/AAAA], com [idade por extenso] anos de idade; lugar de nascimento: [cidade, estado e país de nascimento]; nacionalidade; estado civil; profissão; domicílio e residência: [endereço residencial completo]; filiação: filho de [nome completo do pai] e de [nome completo da mãe]; documento de identidade: [RG / CPF]. Em seguida, deve identificar o SEGUNDO CONTRAENTE (ESPOSA/CÔNJUGE), com os mesmos indicadores.

O(A) candidato(a) deve, em seguida, especificar o REGIME DE BENS E ALTERAÇÃO DE NOMES, de acordo com o modelo cartorial: o casamento foi celebrado sob o regime de **COMUNHÃO PARCIAL DE BENS**, [indicar se houver: mediante Escritura Pública de Pacto Antenupcial lavrada no [Livro n.º], [folhas], do [Tabelionato], registrada sob o [n.º]]. **Nome do primeiro contraente:** passa a adotar o nome de [nome completo após o casamento]. **Nome do segundo contraente:** Passa a adotar o nome de [nome completo após o casamento].

A seguir, o(a) candidato(a) deve identificar as TESTEMUNHAS nos seguintes termos: Foram testemunhas presentes ao ato de celebração: Cassio [nome completo da testemunha 1], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador do [RG/CPF], residente em [endereço completo]. João [nome completo da testemunha 2], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador do [RG/CPF], residente em [endereço completo].

Por fim, o(a) candidato(a) deve proceder ao ENCERRAMENTO nos seguintes termos: Declarado o consentimento pelos contraentes de que recebiam um ao outro como marido e mulher (ou cônjuges), o Juiz de Paz os declarou casados. Do que, para constar, lavrei este assento que, lido e achado conforme, vai assinado pelo Juiz de Paz, por mim, [nome do oficial], pelos cônjuges e pelas testemunhas. Eu, Oficial, subscrevo.

Juiz de Paz: _____

Oficial/Escrevente: _____

Cônjuge 1: _____

Cônjuge 2: _____

Testemunha 1: _____

Testemunha 2: _____

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Identificação do registrador civil competente

Conceito 0 – Não apresentou nenhum dos aspectos enumerados de (i) a (v) no padrão de resposta.

Conceito 1 – Apresentou corretamente apenas um dos aspectos enumerados de (i) a (v) no padrão de resposta.

Conceito 2 – Apresentou corretamente apenas dois dos aspectos enumerados de (i) a (v) no padrão de resposta.

Conceito 3 – Apresentou corretamente apenas três dos aspectos enumerados de (i) a (v) no padrão de resposta.

Conceito 4 – Apresentou corretamente apenas quatro dos aspectos enumerados de (i) a (v) no padrão de resposta.

Conceito 5 – Apresentou corretamente todos os aspectos enumerados de (i) a (v) no padrão de resposta.

Quesito 2.2 – Termo de casamento

Conceito 0 – Não redigiu o termo de casamento ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Apresentou corretamente apenas um dos aspectos enumerados de (vi) a (x) no padrão de resposta.

Conceito 2 – Apresentou corretamente apenas dois dos aspectos enumerados de (vi) a (x) no padrão de resposta.

Conceito 3 – Apresentou corretamente apenas três dos aspectos enumerados de (vi) a (x) no padrão de resposta.

Conceito 4 – Apresentou corretamente apenas quatro dos aspectos enumerados de (vi) a (x) no padrão de resposta.

Conceito 5 – Apresentou corretamente os cinco aspectos enumerados de (vi) a (x) no padrão de resposta.

Quesito 2.3 – Identificação dos contraentes

Conceito 0 – Não indicou os nomes nem a qualificação dos nubentes.

Conceito 1 – Identificou/qualificou, de forma incompleta ou parcialmente correta, apenas um dos nubentes.

Conceito 2 – Identificou/qualificou, de forma completa e correta, apenas um dos nubentes.

Conceito 3 – Identificou/qualificou, de forma incompleta ou parcialmente correta, os dois nubentes.

Conceito 4 – Identificou/qualificou, de forma completa e correta, ambos os nubentes.

Quesito 2.4 – Regime de bens e alteração de nome

Conceito 0 – Não indicou nem o regime de bens adotado pelo casal nem a alteração de nome.

Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos seguintes aspectos: (i) regime de bens adotado pelo casal; (ii) alteração de nome da mulher; (iii) não ter havido alteração de nome do marido.

Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos aspectos enumerados.

Conceito 3 – Abordou corretamente os três aspectos.

Quesito 2.5 – Identificação das testemunhas

Conceito 0 – Não identificou nenhuma das testemunhas ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Identificou/qualificou, de forma incompleta ou parcialmente correta, apenas uma das testemunhas.

Conceito 2 – Identificou/qualificou, de forma completa e correta, apenas uma das testemunhas.

Conceito 3 – Identificou/qualificou, de forma incompleta ou parcialmente correta, as duas testemunhas.

Conceito 4 – Identificou/qualificou, de forma completa e correta, as duas testemunhas.

Quesito 2.6 – Encerramento do ato

Conceito 0 – Não redigiu o encerramento do ato praticado ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Redigiu o encerramento do ato praticado de forma incompleta ou parcialmente correta.

Conceito 2 – Redigiu o encerramento do ato praticado de forma correta e completa.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DA BAHIA

OUTORGA POR PROVIMENTO

Prova Escrita e Prática – Questão 1

Aplicação: 21/6/2026

PADRÃO DE RESPOSTA

Segundo entendimento do STF, formalizado por ocasião da ADI 3.264, **(i)** a norma é constitucional. Conforme entendeu a Suprema Corte no julgamento citado, **(ii)** a despeito do art. 22, inciso XXV, da CF, que estabelece **(iii)** a competência privativa da União para legislar sobre registros públicos, **(iv)** a edição de norma com prazo mínimo de expedição de certidão apenas concretiza “a competência fiscalizatória do Poder Judiciário estadual sobre a atividade dos notários e registradores”, **(v)** fundamentada no art. 236, § 1.º, da CF. **(vi)** Não há invasão à esfera de competência legiferante da União para editar normas gerais, situando-se a norma no âmbito da competência legislativa residual para criar obrigações acessórias para os prestadores de serviços cartorários, uma vez que **(vii)** a lei estadual em apreço não alberga disciplina enquadrável no conceito de registros públicos, isto é, validade, forma, conteúdo ou eficácia dos atos registrais, estas, sim, matérias privativas da União.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Constitucionalidade da lei ordinária estadual

Conceito 0 – Não analisou a constitucionalidade da lei ou a considerou inconstitucional.

Conceito 1 – Abordou, corretamente, apenas um dos aspectos enumerados no padrão de resposta.

Conceito 2 – Abordou, corretamente, apenas dois ou três dos aspectos enumerados no padrão de resposta.

Conceito 3 – Abordou, corretamente, apenas quatro ou cinco dos aspectos enumerados no padrão de resposta.

Conceito 4 – Abordou, corretamente, apenas seis dos aspectos enumerados no padrão de resposta.

Conceito 5 – Abordou, corretamente, todos os sete aspectos enumerados no padrão de resposta.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DA BAHIA

OUTORGA POR PROVIMENTO

Prova Escrita e Prática – Questão 2

Aplicação: 21/6/2026

PADRÃO DE RESPOSTA

De acordo com a doutrina majoritária, o crime material é aquele em que o tipo penal aloja tanto uma conduta quanto um resultado naturalístico (entendido como a modificação do mundo exterior, provocada pelo comportamento do agente), sendo exigida, para a consumação do crime, a produção do referido resultado. A conduta é separada do resultado. O crime formal é aquele em que o resultado naturalístico é previsto, mas é dispensável, pois a consumação ocorre já com a conduta. O resultado jurídico consumidor do delito ocorre em concomitância com o comportamento do agente. O crime de mera conduta é aquele que apenas descreve a conduta delituosa, sem mencionar qualquer resultado naturalístico, que, por óbvio, é dispensável. Pune-se o agente pela simples atividade. Alguns exemplos de crime material contra a administração pública são: peculato (apropriar – art. 312 do Código Penal) e corrupção passiva (receber – art. 317 do Código Penal). Alguns exemplos de crimes formais contra a administração pública são: corrupção passiva (solicitar – art. 317 do Código Penal) e prevaricação (art. 319 do Código Penal). Alguns exemplos de crimes de mera conduta contra a administração pública são: condescendência criminosa (art. 320 do Código Penal) e desobediência (art. 330 do Código Penal).

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Crimes de mera conduta, formal e material

Conceito 0 – Não definiu nenhum dos tipos de crime ou o fez de maneira totalmente equivocada.

Conceito 1 – Definiu corretamente apenas um dos tipos de crime.

Conceito 2 – Definiu corretamente apenas dois dos tipos de crime.

Conceito 3 – Definiu corretamente os três tipos de crime.

Quesito 2.2 – Exemplos de crimes contra a administração pública

Conceito 0 – Não apresentou nenhum exemplo ou o fez de maneira totalmente equivocada.

Conceito 1 – Apresentou exemplo correto para apenas um dos tipos de crime.

Conceito 2 – Apresentou exemplo correto para apenas dois dos tipos de crime.

Conceito 3 – Apresentou exemplo correto para os três tipos de crime.